

federal um governo negacionista, foi quando muita gente parou para olhar sobre a importância do Sistema Único de Saúde e do serviço público de Saúde que a gente tem aqui no nosso País.

Portanto, nós da bancada do PSOL vamos votar a favor desse projeto, porque a gente sabe que é uma necessidade a prorrogação desses contratos, por conta do déficit de novos concursos, que não são realizados há muito tempo, mas, ao mesmo tempo, a gente tem o dever de ponderar aqui que esse modo operandi de a gente prorrogar infinitamente contratos de trabalho temporário, na verdade, eles vão na contramão do sentido do serviço público.

O serviço público e o servidor público têm direito à estabilidade, justamente para que eles possam exercer a sua função com a maior qualidade possível, com a maior isonomia possível e, a partir do momento em que a gente substitui a estabilidade do servidor público, aprovado através de concurso público, por contratos de tempo de trabalho determinado, que a gente vai prorrogando infinitamente, a gente começa a desvirtuar o papel e a função do serviço público.

Portanto, nós, da bancada do PSOL, vamos sim votar a favor desse projeto por uma questão de necessidade. A gente reconhece o gesto feito pelo governo de acatar parcialmente as emendas oferecidas pela oposição, mas, mais do que apenas como consta na subemenda que foi apresentada, que a realização de novos concursos não é descartada, a gente precisa fazer o apelo para que o Governo do Estado de São Paulo, de fato, efetive novos concursos públicos para a gente poder repor o quadro de funcionários e a gente não ficar mais refém da prorrogação de contrato por prazo determinado.

E para terminar, presidente, como São Paulo não é uma ilha, como a gente está falando da valorização do serviço público, eu acho muito importante a gente discutir um tema nacional, que é o principal tema que está em discussão no País hoje, que é o regime fiscal do Brasil e que tem tudo a ver com investimento público, com servidor público, com o que a gente está discutindo.

Lamentavelmente, o Brasil viveu alguns anos sob o teto de gastos, que é uma política que nunca foi implementada em nenhum lugar do mundo dessa maneira, como foi feita pelo governo do Temer, que congelou o investimento em serviços públicos essenciais pelo prazo de 20 anos.

Deputado Conte Lopes, nenhum país do mundo, nenhuma democracia do mundo criou esse nível de austeridade em que você congela investimentos sociais pelo período de 20 anos, porque a gente teve uma pandemia de Covid-19, por exemplo, que se esse teto fosse cumprido, tinha morrido muito mais gente.

Então, acredito que esse teto de gastos, que foi aprovado pelo governo Temer, é um impedimento, deputado Jorge Wilson, para que a gente possa fazer em todos os estados, na União e nos municípios, o investimento público adequado em serviços essenciais.

Por isso eu votei no presidente Lula para presidente, dentre outros motivos, deputado Simão, porque eu achava que era muito importante que a gente trouxesse o debate sobre a revogação do teto de gastos. E felizmente a gente está podendo discutir isso.

Agora quero manifestar aqui com muita tranquilidade, com muito respeito, que fico muito preocupado com o que foi aprovado ontem no Congresso Nacional. Ontem foi aprovado um projeto de arcabouço fiscal - a bancada do PSOL se manifestou contrariamente - que substitui esse teto inimaginável do governo Temer por uma outra medida de você atar o investimento público por um arcabouço fiscal que limita o investimento público do governo federal a, no máximo, 70% do que foi a arrecadação do ano anterior.

E, se o governo não cumprir com a sua meta primária, aí esse investimento tem que ser ainda mais limitado, vai para 50 por cento. Isso é muito pouco. A gente não está discutindo aqui como a gente vai sair de um teto, que é extremamente baixo, que estranquila as contas brasileiras, para substituir por um outro teto, que continua sendo insuficiente para um país como o Brasil.

Por isso, eu quero deixar aqui esse debate, essa reflexão. Eu fiz, com muito orgulho, campanha para o presidente Lula, para ele se tornar presidente da República, dentre outros motivos, para que a gente pudesse discutir aqui a revogação do teto de gastos, mas, ao mesmo tempo, eu acho que a substituição no teto de gastos não deve ser por um outro regime de ajuste fiscal, por um outro regime que imponha uma amarra, que imponha um teto para o investimento público. Eu acho que não é disso que precisa o nosso País.

A solução é a gente investir mais no serviço público, e é sobre isso que a gente está discutindo aqui. Por isso, mais uma vez eu quero manifestar a posição favorável do PSOL a esse projeto, mais uma vez eu quero manifestar aqui que o PSOL faz esse apelo, da mesma forma como apresentamos uma série de emendas ao projeto que foi apresentado pelo governo para que, além da prorrogação desses contratos para o prazo determinado, a gente possa, de fato, efetivar a realização de concursos públicos para repor a defasagem da área da Saúde em São Paulo.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Há sobre a mesa requerimentos de método de votação. Em votação o requerimento...

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Para encaminhar o método, eu indico, pela liderança da Federação PIT/PCDoB/PV, o deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Deputado Jorge do Carmo com a palavra.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Se o senhor quiser, eu não falo nem um minuto, o senhor que manda. O deputado está dizendo que é para falar só por três minutos. Boa tarde, presidente; boa tarde Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Que alegria voltar a esta tribuna, cumprimentar Vossas Excelências, cumprimentar meu líder que permitiu, encaminhou-me para que eu pudesse falar sobre esse projeto, deputados e deputadas, que é um projeto extremamente relevante.

Falar sobre a Saúde Pública, para mim - e tenho certeza de que para todas as deputadas e deputados - é um tema bastante caro, porém, deputados e deputadas, do ponto de vista pessoal, bastante satisfatório.

Tenho certeza de que quando a gente indica recurso, aprova recurso, fala de investimento, deputado Enio - e tem governos que por esse Brasil passaram que acham que pôr dinheiro na Saúde é gasto -, nós entendemos que é investimento. Foi por isso que nós criticamos tanto quando se limitou o teto de gasto - que chamavam de gasto - pelas PECs da maldade que V. Exas. se lembram, no governo golpista Temer, da PEC 241, e que depois se tornou a PEC 55, que foi aquela PEC que limitou os gastos, assim por eles chamados, dos recursos dos investimentos da saúde para os próximos 20 anos.

Graças a Deus esse desgoverno, tanto o golpista como o que lhe sucedeu, por conta de tudo o que aconteceu, passou. Hoje, nós estamos lá em Brasília discutindo exatamente como resolver uma situação causada, caótica como foi a que foi causada lá em Brasília pelos desgovernos que não tinham nenhum compromisso com a Saúde nem com a Educação, como muito

bem falou a deputada Professora Bebel, que nos antecedeu aqui, das maldades que fizeram.

Mas, Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar sobre o PLC 81, de 2023, que, como já dito pelos colegas que me antecederam, versa sobre o Projeto de lei Complementar 1093, de 16 de junho - coincidentemente a data do meu nascimento - de 2009, com o objetivo de prorrogar contratos por tempo determinado na área da Saúde.

Como foi falado também, nós vimos que todo ano a gente tem que prorrogar para não ter descontinuidade. É evidente que nós não queremos e fizemos isso para prorrogar os contratos da categoria “O” na Educação, para não ter descontinuidade da Educação no ensino público.

Assim como faremos e votaremos a favor desse PLC, é para que não haja descontinuidade dos contratos, dos investimentos, dos servidores da Saúde que lá estão de forma contratual quando o estado deveria promover os concursos públicos para que não tivéssemos que todo ano fazer isso aqui, mas vamos fazer por conta da importância e da responsabilidade que temos com a Saúde.

Todos os anos, aqui nesta Assembleia, quando vamos destinar as emendas impositivas, que são uma prerrogativa, um direito de cada deputado e deputada, constitucionalmente, previsto na Constituição Estadual, nós fazemos minimamente 50% de investimento.

Isso para não ver UBSs, Santas Casas, hospitais, UPAs e prontos-socorros agonizando por recursos públicos, muitas vezes, porque o estado deixa de fazer o investimento que deveria na Saúde Pública.

É por isso que eu não poderia deixar de falar sobre Saúde, porque falar sobre Saúde para mim é muito caro, mas é também muito gratificante. Nós vemos em São Paulo as famigeradas organizações sociais, que pegam muito dinheiro do estado e que, infelizmente, a gente vê que o serviço não é adequado, que a prestação de serviços não é adequada.

Nós precisamos realmente - esta Casa - debruçar-nos sobre o sistema de Saúde que queremos, que é o SUS, evidentemente, mas sobretudo com o funcionamento das administrações estaduais, municipais, para que não tenhamos governantes que achem que colocar recurso na Saúde é gasto, e não investimento.

Por essas razões, hoje, cada parlamentar, cada liderança, cada pessoa que recebemos em nossos gabinetes, boa parte deles quer falar sobre Saúde. Hoje mesmo recebi um médico em nosso gabinete, vereador do município de Ferraz de Vasconcelos, o Dr. Jobson Jovino.

É vereador daquele município, um clínico geral de muito compromisso com a Saúde Pública. Hoje vereador daquele município, veio ao gabinete - e certamente irá a outros gabinetes - pedir recursos para a Saúde, para melhorar o município de Ferraz de Vasconcelos. Eu disse para ele: “Hoje, inclusive, vereador, vamos discutir a prorrogação dos contratos”.

Não era isso que nós queríamos. Nós queríamos que tivessem servidores públicos que não ficassem todo ano na dependência de a gente ter que discutir, de a gente ter que aprovar aqui a prorrogação para, daqui um ano, fazer tudo de novo, sendo que este estado, que é o estado mais rico da Federação, poderia...

Não vou nem dizer “poderia”. Poderá, deverá, melhor dizendo, deverá promover os concursos públicos para que tenhamos servidores de carreira que tenham expectativas e não a ameaça, de certa forma, de amanhã serem demitidos.

Além de perderem o emprego, a Saúde perde, a sociedade perde, a população perde, porque o serviço fica cada vez mais precário, infelizmente, porque não tem segurança, não há segurança jurídica, digamos assim, de que vão se aposentar, de que vão poder ficar muito tempo no cargo público, por função pública, porque é um contrato precário, é um contrato com prazo determinado.

Por isso, quero concluir dizendo da minha alegria de vir encaminhar para que possamos aprovar o PLC 81, de 2023, evidentemente com o compromisso, cada vez mais, com a Saúde Pública do nosso estado e do nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação o projeto, salvo subemendas às emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto.

Em votação as Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7, 9 e 10, na forma das subemendas apresentadas no parecer do congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovadas as subemendas. Prejudicadas as respectivas emendas.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para declarar voto favorável às emendas do PT.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Em votação as demais emendas englobadamente, com parecer contrário do congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

Convocação: Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, cinco minutos após o encerramento da presente sessão, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de oferecer a redação final ao Projeto de lei Complementar nº 81, de 2023.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Só para registrar meu voto favorável às emendas apresentadas pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Registrada a manifestação, deputado.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, agradecer mais uma vez por um projeto, a prorrogação dos agentes de saúde, para que a gente continue dando o atendimento para a população. De fundamental importância esse gesto do Parlamento em entender a necessidade dessa prorrogação.

Prorrogação porque agentes estavam trabalhando inclusive apreensivos. A partir deste momento, eles ficarão tranquilos trabalhando, cumprindo o seu papel no Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Só para esclarecimento, Sr. Presidente. Sr. Presidente, as comissões que farão parte da redação final...

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Somente a CCI, deputado.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a presente sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 11 minutos.

* * *

25 DE MAIO DE 2023 47ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, TENENTE COIMBRA e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - TENENTE COIMBRA Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - PAULO FIORILO

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - REIS

Assume a Presidência.

9 - TENENTE COIMBRA

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

13 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - EDUARDO SUPLYCY

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 26/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Vamos à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saudar o presidente, deputado Carlos Giannazi, saudar o público presente, os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Civil, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Técnico-Científica, os integrantes da Polícia Penal, e também todos aqueles e aquelas que estão em suas residências e estão nos acompanhando pela Rede Alesp.

Presidente, uns dias atrás, fiz uso desta tribuna para falar das questões envolvendo as policiais civis da Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil, que trabalham em plantão, que trabalham em delegacias de defesa da mulher gestante.

Então as policiais gestantes. E fizemos também uma indicação para que a Secretaria de Segurança Pública pudesse editar uma resolução resolvendo, propondo solução para o problema, o que também foi um pleito do Sindicato dos Delegados de Polícia e das Delegadas de Polícia, porque tínhamos, e temos, porque a Resolução foi publicada na data de hoje no “Diário Oficial”, mas nós temos até então policiais femininas gestantes, que estavam inclusive escoltando presos, fazendo diligências, uma coisa insuportável.

E na data de hoje, o secretário de Segurança, o secretário Guilherme Derrite, publicou a Resolução nº 33, de 24 de maio de 2023, que dispõe sobre a jornada de trabalho diferenciada para as integrantes de carreira policial, gestantes ou lactantes, no âmbito da Polícia Civil do estado de São Paulo e da Superintendência da Polícia Técnico-Científica.

Ele diz, no Art. 1º, que fica assegurado às integrantes de carreira policial da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica gestantes ou lactantes o exercício de atividades compatíveis com a sua condição temporária e a prioridade no exercício de funções administrativas, observando-se o encargo, a escala e o horário de trabalho, respeitando-se o direito a uma gestação saudável e a garantia do direito à amamentação.

No Art. 2º, ele diz que, durante o período de gestação, fica vedado, fica proibido às mulheres gestantes integrantes de carreira policial, da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica atender o local de crime; executar diligências ou participar de operações policiais externas; atuar diretamente com pessoas capturadas ou presas; trabalhar em local onde exista contato direto com cadáveres ou materiais que eventualmente ofereçam risco direto ou indireto à saúde e do binômio materno-fetal; e, 5º, executar atividades que envolvam demasiado esforço físico.

As mulheres gestantes integrantes de carreira policial, da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica poderão, mediante recomendação médica, solicitar ao seu superior hierárquico adequações pertinentes de atividades em cargos e jornada de trabalho. Também não se aplicam as disposições estabelecidas nesse artigo nas hipóteses de afastamento ou licença prevista em lei.

Art. 3º - Durante o prazo de 24 meses após o parto ou adoção de criança em fase de aleitamento materno ou complementar, ficam asseguradas às integrantes de carreira policial da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica, dentro de sua jornada de trabalho convencional, o período de duas horas diárias para amamentação.

As restrições de atividades que trata o Art. 2º dessa resolução, poderão ser aplicadas às integrantes desse dispositivo por recomendação médica, mediante solicitação ao superior hierárquico. Não se aplicam as disposições estabelecidas nesse artigo nas hipóteses de afastamento ou deficiência prevista em lei.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Tenente Coimbra.

* * *

Art. 4º - Fica assegurado a integrantes da carreira policial da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica, após o término de licença maternidade, o direito de retornar na mesma unidade, bem como desempenhar a mesma atividade que exercia anteriormente à licença pelo prazo mínimo de seis meses.

Só que ele está colocando, Sr. Presidente, para que a mulher, depois que tem o seu filho, ao voltar para aquela unidade onde ela está lotada, eles possam transferir - que acontece

muito isso de transferir o policial para outra delegacia - muitas vezes distante da residência daquela policial feminina.

Art. 5º - As disposições constantes da presente resolução estendem-se às integrantes de carreira policial da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica adotantes naquilo que couber e for compatível.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Então, para dizer que o secretário Guilherme Derrite reconheceu o pleito feito pelo Sindicato das Delegadas e dos Delegados de Polícia, acatou a nossa indicação, porque nós fizemos a indicação, Sr. Presidente, e fizemos também um projeto de lei para tramitar nessa Casa, porque vimos ali naquele pleito das delegadas, do Sindicato das Delegadas tratando dessa questão da policial feminina, policial gestante, a policial que está cuidando de seu filho, que está amamentando, a situação de risco que corriam então as nossas policiais.

E essa resolução vem dar uma resposta naquilo que foi pleiteado e naquilo que foi indicado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE COIMBRA - PL - Seguindo a lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.)

Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Mauro Bragaço. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia; quero fazer, Sr. Presidente, hoje uma gravíssima denúncia contra o Conselho Curador da Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho, que é a fundação responsável, que é a mantenedora pela Faculdade de Medicina, de Ciências Médicas, da Santa Casa de São Paulo, uma das melhores faculdades de medicina do nosso País, Sr. Presidente, que vem passando por uma crise por conta de interferência desse conselho curador.

Eu tive a oportunidade de conversar com alunos, com pais de alunos, com professores, com sindicato dos professores, com o Sinpro, com o professor Celso Napolitano, tenho conversado com a comunidade acadêmica dessa importante faculdade.

A situação lá é grave, são várias as denúncias contra, sobretudo, o presidente do conselho curador, sobretudo de interferência na faculdade. Essa mantenedora, essa fundação, tem o papel de manter a faculdade funcionando com os seus cinco cursos, tem medicina, tem enfermagem, tem radiologia, tem fonoaudiologia e sistemas biomédicos, que é um curso também importante dentro da faculdade, por isso que se chama, exatamente, Faculdade de Ciências Médicas, da Santa Casa de São Paulo.

A crise lá é profunda. São várias as denúncias, Sr. Presidente. O Ministério Público está investigando, porém, nós temos que reagir. Eu estou, inclusive, convocando o presidente do conselho, que é o Sr. Tonico Ramos, que inclusive já foi deputado aqui, foi presidente da Alesp, para que ele venha explicar nas comissões permanentes da Alesp o que está acontecendo nesse conselho.

Essa faculdade cumpre um papel importante de formação de pessoas na área médica para o nosso estado e para todo o Brasil. Tenho aqui um manifesto, inclusive, que é do corpo docente da Faculdade de Ciências Médicas, da Santa Casa de São Paulo, e também do Sinpro.

O que eles estão pleiteando aqui? São seis pontos. O afastamento imediato do presidente do conselho curador, Sr. Tonico Ramos, e de todos os citados no processo, de forma a garantir uma investigação sem interferência.

Segundo, o cumprimento integral do estatuto da fundação, o qual estabelece que, em caso de afastamento do presidente da diretoria executiva, quem assume é o vice, não ocorrendo vacância no cargo.

Terceiro, fim das intervenções do conselho curador nas questões acadêmicas da faculdade. Isso é sério, Sr. Presidente, porque o conselho está interferindo no processo pedagógico, demitindo professores inclusive, olhe só a gravidade da situação.

Quarto, implementação de representação acadêmica da faculdade no conselho curador.

Logicamente, isso é importante, tem que ter gestão democrática numa instituição de ensino. É muito importante a participação dos professores e dos alunos no conselho, porque toda a fundação é organizada para manter a faculdade, então nada mais justo, é o que determina a lei.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional é muito clara, um dos seus grandes princípios, estabelecido lá no Art. 3º da LDB, é exatamente isso, a gestão democrática da escola pública, do ensino público.

Quinto, divulgação da auditoria do balanço da faculdade, da fundação, e prestação de contas para a comunidade acadêmica. Tem que ter transparência, não é possível.

E sexto, garantia de preservação do corpo docente durante todo o período de apuração das denúncias, em comprometimento com a qualidade do ensino e respeito aos processos pedagógicos em curso.

Esse é o manifesto que nós recebemos dos alunos, dos professores e do Sinpro, sindicato dos professores do estado de São Paulo. Nós estamos tomando várias medidas. Vamos realizar, na próxima semana, uma audiência pública, na próxima quarta-feira, em defesa dos alunos, dos professores, da comunidade acadêmica.

Estamos já fazendo também, já protocolamos a convocação do presidente curador, que tem várias denúncias contra ele, denúncias que estão sendo apuradas inclusive pelo Ministério Público Estadual.

Então, Sr. Presidente, a defesa dessa faculdade tem que ser a defesa de toda a sociedade, porque é uma faculdade importante na área médica, na área da medicina.

E a Assembleia Legislativa tem que participar dessa luta.

Por isso que nós estamos tomando todas essas providências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE COIMBRA - PL - Seguindo a lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. PAULO FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem nos acompanha pela rede Alesp, assessoria das bancadas, vou aproveitar o Pequeno Expediente...

Que a rede aqui de internet tem uma dificuldade grande. Enquanto eu vou ver se consigo passar lá para a cabine, vou aproveitar para falar de um tema que eu considero importante. Amanhã, às nove horas da manhã, deputado, nós teremos um ato no hospital de São Mateus que, aliás, já foi motivo aqui, ontem, da exibição da reportagem feita pelo telejornal da “Globo”, mostrando a situação do Hospital Geral de São Mateus.

Aliás, que o deputado Conte Lopes, assim como o deputado Suplicy, Giannazi e Reis conhecem. Um hospital em uma região carente, que atende uma população enorme, e que precisa de socorro.

O hospital está na UTI. Se o Estado, se o governador não conseguir, rapidamente, contratar servidores, funcionários, mesmo que de forma emergencial - até porque a gente tem feito isso - nós não teremos o hospital funcionando adequada e corretamente.